

# A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO  
ANGELA DE CASTRO GOMES  
COORDENAÇÃO

## A imigração portuguesa no Brasil: um olhar regional e de gênero nos censos populacionais de 1920-50

---

*Hildete Pereira de Melo*

### Introdução

A DISCUSSÃO FEITA PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS DO BRASIL SOBRE O PAPEL DOS imigrantes e dos negros na sociedade brasileira foi profundamente marcada pelo caso paulista, no qual os imigrantes e os negros tiveram interpretações distintas sobre seu desempenho neste processo, e a particularidade do caso paulista foi generalizada para o Brasil.<sup>1</sup>

O racismo velado da sociedade nacional provavelmente explica a valorização feita das qualidades superiores dos imigrantes, em termos de escolaridade e qualificação profissional para a sociedade industrial diante da população negra. Outra leitura pode ser feita de que o estímulo à imigração europeia esteja relacionado a uma preocupação da elite brasileira com o “branqueamento” de sua população, com forte presença de negros e negras na segunda metade do século XIX.

Claro que os problemas de fontes dificultam a compreensão da estrutura étnica do mercado de trabalho brasileiro. Essa tarefa exige o exame combinado de fatores diversos, tais como a inserção dos imigrantes europeus neste merca-

---

<sup>1</sup> Ver sobre esta questão os trabalhos de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. Uma discussão desta temática de forma crítica pode ser lida em Hall (1969); Andrews (1991) e Marques, Melo e Araújo (2003).

do, além das interpretações oferecidas pelos historiadores acerca do desenvolvimento regional, em face do cenário econômico nacional.

Este trabalho não tratará especificamente dessa questão. Limitar-se-á a analisar o ingresso de imigrantes no país, num corte específico para a imigração portuguesa, na primeira metade do século XX, e a olhar esses dados num corte de gênero e regional. Acredita que este enfoque contribui de forma pioneira para avaliar o papel feminino e sua distribuição regional no processo migratório da Primeira República e no arranco da industrialização nacional.

As informações sobre a entrada de estrangeiros no país são provenientes de variadas fontes: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Trabalho e Emprego. Todavia, este trabalho utilizará apenas os dados coletados nos censos demográficos realizados nos anos de 1920, 1940 e 1950. Devido à insuficiência das informações estatísticas, o período estudado abrangeu a chamada Primeira República e as duas décadas seguintes. Estes inquéritos, através de uma pergunta sobre país de nascimento, para pessoas não naturais do Brasil, permitem identificar imigrantes pelo país de origem — mas isto é possível apenas para a geração dos que imigraram. Para seus filhos, já nascidos no Brasil, a informação sobre a origem se perde. Portanto, não é possível utilizar dados censitários para estudar os descendentes dos imigrantes por mais de uma geração, a não ser por hipótese e modelos estatísticos.

## Gênero e imigração nos censos populacionais: 1920-50

Não há uma uniformidade a respeito das variáveis coletadas sobre a presença de estrangeiros na população brasileira nos diversos censos demográficos realizados no Brasil, e devido a isso são poucas as variáveis que permitem a construção de uma série histórica para a questão.<sup>2</sup> O primeiro censo foi feito pelo Império em 1872 e tinha como grande objetivo fazer uma contagem da população escrava, e assim conhecer o plantel escravo e poder implementar a

---

<sup>2</sup> Em outro estudo, Melo e Marques (2008) fizeram uma pesquisa abrangente sobre a imigração analisando todos os censos demográficos do século XX; nos censos analisados neste trabalho utiliza-se o conceito população presente.

Lei do Ventre Livre, que vigorava desde 1871. O advento da República em 1889 trouxe a preocupação com a contagem da população, e foi feita uma contagem em 1890 e outra em 1900. Estes dois censos apresentaram muitos problemas referentes à cobertura do território nacional e seus resultados receberam severas críticas, sendo utilizados escassamente na literatura nacional. Em 1920 uma nova contagem da população foi feita e esta será o ponto de partida deste estudo. A criação, em 1936, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo governo federal definiu uma linha de pesquisa relativa à demografia e à contagem da população. Esta passou a ser realizada regularmente na sociedade brasileira com metodologia estatística definida e a partir de 1940 esta contagem passou a ocorrer a cada intervalo de 10 anos.

A tabela 1 mostra a evolução da população estrangeira e naturalizada nos censos de 1920, 1940 e 1950. Depois da abertura dos portos brasileiros em 1808 entraram milhares e milhares de estrangeiros ao longo do século XIX, atingindo no censo de 1872 um total de 389.459 pessoas. A partir dessa década foram os interesses dos fazendeiros de café que favoreceram a política de imigração de trabalhadores para esta lavoura. Estes imigrantes surgiram como força de trabalho livre para o desenvolvimento da produção capitalista nacional. De 1900 até 1930 foi o auge dessa política. Levy (1974) afirma que precisamente entre 1904 a 1930 este contingente foi de 2.142.781 imigrantes. Os dados apresentados nas tabelas a seguir mostram que os estrangeiros do sexo masculino mantiveram uma maior participação ao longo de todo o período, confirmando a ideia da primazia masculina nesse processo.

Como os dados desta pesquisa iniciam-se em 1920, observa-se um crescimento negativo da população estrangeira a partir deste ano, o que expressa os vaivéns da política imigratória nacional. Incentivos nas primeiras décadas do século XX e, depois de 1930, no rastro da crise econômica desencadeada pelo estouro da Bolsa de Nova York em 1929, o governo provisório de Getúlio Vargas, diante das falências e do desemprego, restringiu a entrada de estrangeiros e limitou suas atividades no Brasil. Foi estabelecido um sistema de quotas para a imigração na Constituição brasileira de 1934 e depois também na Constituição de 1937; esta fixava uma quota de 2% anual sobre o efetivo de entradas a contar de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

No entanto, esta política restritiva implantada pelo governo Vargas olhava os portugueses de forma diferente, pois a língua portuguesa era o grande liame

de união de todos. Prevalencia a ideia de preservação da constituição étnica do Brasil e os portugueses, como “elemento de integração das tradições de raça”, deveriam ser tratados de forma diversa (Lobo, 2001:178). Afinal, em 22 de abril de 1939, a Resolução nº 34 revogou a quota de imigração para os portugueses (Lobo, 2001:177, 178). Mas, o tratamento draconiano dado aos demais imigrantes foi relativamente abrandado na Constituição de 1946 (Levy, 1974:55). Quanto aos direitos dos imigrantes, estes foram limitados: proibição de votar, de ter acesso a cargos públicos, de explorar atividades pesqueiras, navegação de cabotagem, profissões liberais, e por motivo de segurança nacional não podiam ser proprietários de companhias de seguros e meios de comunicação (Lobo, 2001).

Os três levantamentos censitários examinados neste trabalho mostram que em 1920 a população estrangeira presente neste censo foi de 1.565.961 pessoas, havendo 41% de mulheres e 59% de homens nessa população; caracterizando o que a literatura socioeconômica tem consagrado: que a imigração é um movimento masculino. Sobretudo no caso destes levantamentos analisados, nos quais se considera apenas a primeira geração. Estes 30 anos mostrados pela tabela 1 apontam para a continuidade da masculinização desse processo, embora essa tendência tenha sido atenuada ao longo do tempo. O fluxo migratório decresceu e as mulheres surgem com mais força nele.

Tabela 1  
Brasil, população estrangeira, segundo o sexo

Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	922.958	59%	643.003	41%	1.565.961
1940	793.276	56%	613.292	44%	1.406.568
1950	679.962	56%	534.222	44%	1.214.184

Fonte: IBGE, Censos demográficos.

Nota: Estão incluídos os estrangeiros naturalizados.

Os portugueses foram os primeiros imigrantes que chegaram às *terras brasílicas* para tomar posse da terra. Esta era habitada por uma população nativa chamada pelos ibéricos de “os negros da terra”. Esta população foi submetida à escravidão, muitos resistiram, sucumbiram ou aculturaram-se aos novos se-

nhores vindos de Portugal. Depois chegaram os escravos africanos numa onda que durou 300 anos, num processo de migração forçada. No século XIX houve outra onda, agora branca, vinda do continente europeu, e este processo completou a miscigenação do povo brasileiro — *índios, negros e brancos*.

As tabelas 2 e 3 arrolam, para a primeira metade o século XX, os estrangeiros presentes na sociedade brasileira no momento dos censos, e estes foram discriminados por nacionalidade. Os relatos da história mostram a predominância dos brancos portugueses nos séculos anteriores até a segunda metade do século XIX; as primeiras décadas do XX assistiram à chegada de italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães, expulsos de suas sociedades pela desestruturação da economia camponesa tradicional europeia e japonesa. Em 1920, o maior contingente de estrangeiros presentes na população brasileira era de italianos, seguidos de perto pelos portugueses e mais de longe por espanhóis, como demonstram as tabelas 2 e 3, e estas taxas de participação por nacionalidade permanecerão nas décadas seguintes. Os japoneses têm a peculiaridade de ser uma imigração das primeiras décadas do século XX e diminuem sua participação no decorrer do século. O baixo crescimento econômico no último quartel do século XX virou uma página nesta história e a sociedade brasileira neste início do século XXI, uma terra de emigração. Depois de um grande crescimento durante a primeira República, a partir de 1930 observa-se uma diminuição da corrente migratória total, fruto de uma legislação mais restritiva do novo governo empossado em 1930.

Nas três primeiras décadas do século XX o número de imigrantes foi crescente, com italianos e portugueses liderando o grande fluxo migratório; estas duas nacionalidades foram responsáveis por 64% dos estrangeiros presentes na população brasileira de 1920 (tabelas 2 e 3). No censo de 1940 o fluxo imigratório diminuiu e italianos e portugueses respondiam por 48,5% dos estrangeiros presentes no Brasil naquele ano. Provavelmente a legislação abrandada para permitir a entrada dos portugueses refletiu-se neste fluxo mostrado pelas tabelas 2 e 3. Embora o Brasil estivesse vivendo um vigoroso processo de substituições de importações, o movimento imigratório continuou diminuindo, com exceção dos portugueses, que mantiveram sua liderança e em 1950 significavam 28% dos estrangeiros presentes, neste ano, no Brasil (Melo e Marques, 2008). No item seguinte será feita uma análise mais detalhada deste processo.

Tabela 2  
Estrangeiros\* por sexo segundo a nacionalidade

Ano	Alemanha		Espanha		Itália		Portugal		Japão		Outra		Total de Estrangeiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1920	29.778	23.092	122.329	96.813	305.023	253.382	291.198	142.379	16.397	11.579	158.233	115.758	922.958	643.003
1940	52.914	44.191	85.444	75.113	172.952	152.353	221.195	136.979	98.437	68.239	162.334	136.417	793.276	613.292
1950	35.527	30.287	69.909	61.699	130.023	112.314	206.304	130.552	70.612	58.580	167.587	140.790	679.962	534.222

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940-50.

\*Incluindo os estrangeiros naturalizados.

Tabela 3  
Estrangeiros\* por sexo segundo a nacionalidade, %

Ano	Alemanha		Espanha		Itália		Portugal		Japão		Outra		Total de Estrangeiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1920	3,2%	3,6%	13,3%	15,1%	33,0%	39,4%	31,6%	22,1%	1,8%	1,8%	17,1%	18,0%	922.958	643.003
1940	6,7%	7,2%	10,8%	12,2%	21,8%	24,8%	27,9%	22,3%	12,4%	11,1%	20,5%	22,2%	793.276	613.292
1950	5,2%	5,7%	10,3%	11,5%	19,1%	21,0%	30,3%	24,4%	10,4%	11,0%	24,6%	26,4%	679.962	534.222

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940-50.

\*Incluindo os estrangeiros naturalizados.

## Um olhar de gênero sobre a imigração portuguesa

A pouca atenção dada por muitos historiadores à imigração portuguesa talvez se deva à pouca expressão desses imigrantes para a economia cafeeira, ou mesmo porque eles acabaram se diluindo no conjunto da população. No Brasil, muitos compreenderam a imigração portuguesa da Colônia à República como a continuidade do tradicional fluxo migratório entre os dois países. Já os estudiosos portugueses Miriam Halpern Pereira (1981) e Joaquim da Costa Leite (2000) demarcam nitidamente uma diferença no padrão migratório entre os dois países antes e depois de 1870. A pesquisadora Eulália Lobo (2001) afirma que, do ponto de vista brasileiro, a emigração portuguesa desempenhou um papel importante como provedora de mão de obra na fase pós-abolicionista.

O século XX chegou às terras portuguesas expulsando a realza com a Proclamação da República em 1910, até que em 1926 um golpe derrubou o regime democrático e paulatinamente instaura-se um governo de exceção, que culminará com a ascensão de Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970). Primeiro como ministro, depois como presidente do Conselho em 5 de julho de 1932, finalmente assumiu o poder absoluto com a instituição do Estado Novo Corporativo em abril de 1933 e no poder permaneceu até 1968.<sup>3</sup>

As primeiras décadas do século XX foram de turbulência política e baixo crescimento econômico em Portugal. Esta realidade reflete-se numa intensa emigração: nos anos compreendidos entre 1901 e 1930, um milhão de portugueses saiu de Portugal; 69,5% destes vieram “fazer o Brasil” e 15,7% foram para os Estados Unidos da América. Nota-se que o continente americano foi o grande destino nas primeiras décadas do século XX. Analisando especificamente a emigração portuguesa para o Brasil entre 1900 e 1919, as estatísticas oficiais informam que entraram no país 518.067 pessoas. Como o conflito mundial prejudicou seriamente o transporte marítimo, apenas nos anos de 1911-13 entraram no Brasil 200.724 portugueses, ou seja, 39% de todo o fluxo do período (Lobo, 2001:142). Esta emigração oferece uma dimensão do desalento que dominava a sociedade portuguesa, enquanto no Brasil florescia a economia cafeeira e este crescimento incentivava os negócios de portugueses,

<sup>3</sup> Sua saída deve-se a uma grave enfermidade que culminou com sua morte logo depois. Seu governo caracterizou-se por uma austera política econômica, na qual a estabilidade era a linha mestra em detrimento do desenvolvimento econômico e cultural.



sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Havia uma gradual substituição no mercado interno de tecidos e artigos de armarinho de comerciantes ingleses por portugueses e os capitais de portugueses ávidos por lucros também foram investidos aqui. Estes foram significativos na indústria têxtil do Rio de Janeiro, em casas bancárias e no comércio de café como comissários e ensacadores na Zona Rio Cafeeira, além de atuação importante no porto de Santos, escoadouro do café paulista. Estes capitais portugueses distribuíam-se no comércio de tecidos, secos e molhados, vestuário, ferragens, negócios de importação-exportação, meios de transportes e serviços urbanos. Provavelmente, o dinamismo destes capitais no Brasil foi um dos chamarizes para atração permanente desta mão de obra sem esperança de Portugal.<sup>4</sup>

A crise de 1929 que perturbou a economia mundial e logo atingiu o Brasil feriu de morte a economia cafeeira, até então o centro dinâmico da economia nacional. Suas consequências foram a mudança drástica do governo e a queda do que se convencionou chamar da Primeira República brasileira. O significado da chamada Revolução de 1930 na sociedade brasileira não é objeto deste trabalho, mas a crise da oligarquia cafeeira acabou engendrando um novo pacto político que derrubou a elite cafeeira paulista. Esse pacto adquiriu um novo contorno numa aliança difusa entre burguesia mercantil-industrial, camadas médias urbanas e trabalhadores fabris, que impulsionou a industrialização nacional. Este crescimento foi certamente uma vantagem usufruída pelo processo imigratório português.

### Por que restringir a imigração?

O governo provisório de Getúlio Vargas (1930-34) foi vivido no auge da crise do setor externo nacional e da depressão econômica mundial; o café, o principal produto de exportação do país, acumulava grandes estoques e uma grande safra era esperada para 1933; falências e desemprego dominavam o cenário. A política de defesa do café destes anos (1930-37) teve, segundo Celso Furtado (1974), um papel vital de favorecer o crescimento da renda nacio-

---

<sup>4</sup> Sobre a economia cafeeira do Rio de Janeiro e investimentos portugueses no Brasil ver Melo (2003), Marques (1998) e Marques e Melo (2010).

nal e de colocar o país na rota do processo de industrialização por substituição de importações. Mas, nos primeiros anos, o quadro de desemprego foi grave, não havia como receber mão de obra estrangeira e o recente Departamento do Trabalho (1931), logo depois o Ministério do Comércio, da Indústria e do Trabalho, elaborou uma legislação restritiva à entrada de estrangeiros no país. Como já foi explicitado anteriormente, a legislação sobre o assunto acabou diferenciando os portugueses dos demais imigrantes, pelo sentimento nacional expresso nas palavras do ministro de Vargas, Osvaldo Aranha, de que “o Brasil é amigo de todos os povos, mas filho, só de Portugal” (Lobo, 2001:178).

A vinda dos portugueses para o Brasil seguia uma vasta rede de recrutamento de mão de obra, com origem nos párocos das comunidades rurais portuguesas, e que conduzia os trabalhadores até as casas comerciais e indústrias, sobretudo do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e de São Paulo. Uma vez fixados nas cidades, os imigrantes se inseriam no mercado de trabalho carioca ou paulista de forma similar aos brasileiros, isto é, recebiam salários aviltados e se submetiam a longas jornadas de trabalho. Eram humildes trabalhadores locais tanto quanto os brasileiros, no mesmo padrão dado aos nordestinos que afluíam para São Paulo e Rio de Janeiro.

Ainda sobre a imigração portuguesa para o Brasil, Eulália Lobo realça sua importância e conclui que a dinâmica do mercado de trabalho industrial do Rio de Janeiro foi diferente da de São Paulo; uma vez que, na capital federal, os imigrantes disputaram postos de trabalho lado a lado com pretos e pardos, ao passo que, em São Paulo, os imigrantes deslocaram a mão de obra afro-brasileira para a marginalidade, o que talvez explique o olhar diferenciado de Florestan Fernandes para a inserção dos negros.

A maneira como os portugueses foram atraídos para o Brasil na virada do século XX revela outra importante característica distinta do caso italiano. Enquanto no Rio de Janeiro a imigração portuguesa foi um fenômeno privado, em São Paulo, o transporte dos italianos foi parcialmente subsidiado pelo governo estadual. O poder público, portanto, não contribuiu para a questão da mão de obra na gênese do mercado de trabalho industrial carioca, ao passo que o governo de São Paulo manteve a política de subvencionar a imigração desde finais da década de 1880 até o ano de 1927.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Segundo dados de Vilella e Suzigan (1973), as subvenções públicas foram responsáveis pelo ingresso

Se, no plano macroeconômico, o Estado transferiu renda para os produtores paulistas, no plano individual o ato de emigrar implicou custos pessoais pesados para os migrantes, onde quer que fosse. Os portugueses chegavam quase sempre solteiros e duplamente endividados: com os contratadores e com a família, os pais e irmãos deixados em Portugal (Pereira, 1981). Os italianos também contraíam dívidas na viagem, mas traziam consigo a família, e quando chegavam ao Brasil todos se engajavam no mercado de trabalho para garantir o sustento do núcleo familiar.

Não por acaso, o comportamento dos imigrantes portugueses chamou a atenção do cônsul norte-americano em 1922, que comentou: “os trabalhadores portugueses, em particular, fazem qualquer coisa para preservar o seu emprego”.<sup>6</sup> Em outros termos, os imigrantes portugueses não contavam com outros membros da família para garantir o nível de renda pessoal. Eis aí uma razão possível para que se tivesse fixado entre os contemporâneos a imagem desses imigrantes como trabalhadores incansáveis.

Como já foi indicado, os censos demográficos permitem construir a evolução da imigração para o Brasil, pelo menos na primeira geração. A tabela 2 discrimina as principais nacionalidades que vieram fazer a América e constata-se que os portugueses mantiveram um fluxo significativo, ao longo do século XX, provavelmente favorecidos pela adaptação e também pelo crescimento econômico. Há uma percepção de que a imigração é uma decisão dos adultos e que primeiro são os homens que migram para outras terras em busca de melhores condições de vida; privilegiam-se sempre nestas análises este aspecto e as mesmas escondem o sexo dessas pessoas. Vejam as tabelas deste trabalho; todos os dados censitários apresentados foram desagregados por sexo e é verdade que há sempre um predomínio masculino nessa população: de cerca de 1/3 dos imigrantes portugueses em 1920, as portuguesas foram crescendo sua taxa de participação, ainda que em termos absolutos o fluxo tenha caído (tabela 4).

---

de 63,4% dos imigrantes entre 1888 e 1890; 79,9% dos imigrantes entre 1891 e 1900; caindo para 36% dos ingressos no período entre 1911 e 1915. Mesmo reduzida no pós-guerra, a política pública de subvenção à imigração persistiu até o ano de 1927. [Política do Governo e crescimento da economia brasileira; tab. B.10, p. 249.] e Marques (1998).

<sup>6</sup>Cônsul dos EUA em São Paulo, relatório de 1922. Citado por Andrews (1991:85).

Tabela 4  
Brasil, população portuguesa, segundo sexo

Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	291.198	67%	142379	33%	433.577
1940	221.195	62%	136979	38%	358.174
1950	206.304	61%	130552	39%	336.856

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1920-50.

Nota: Em 2000 não houve abertura por nacionalidade.

### Portugueses e estrangeiros num corte de gênero e regional

No período estudado por esta pesquisa, os dados censitários permitem conhecer a distribuição da população estrangeira pelas unidades da federação brasileira.<sup>7</sup> Em 1920, o primeiro censo analisado neste trabalho mostra que, analisando o total da população brasileira, a participação relativa dos estrangeiros foi pouco significativa no conjunto da população e, também, esta população estava concentrada em alguns locais do território nacional. Foram organizadas tabelas separadas para cada levantamento censitário, que fazem a distribuição da população estrangeira e da população para cada unidade da federação, segundo o sexo. Como nosso foco de análise foi a população de origem portuguesa, seus dados foram desagregados separadamente.

A metodologia censitária destes anos mostrava, para cada um desses levantamentos, apenas a primeira geração da população estrangeira, porque a segunda, nascida no Brasil, era considerada brasileira.<sup>8</sup> Em 1920, a população estrangeira foi de apenas 5,1% da população residente no país e, em 1940, esta taxa de participação caiu para 3,4%; em 1950 foi de 2,3%.

A observação desses dados permite concluir, e os demais censos corroboram esta conclusão, que a proporção de estrangeiros na população brasileira foi e é concentrada em alguns espaços geográficos. Há uns locais cuja participação dos estrangeiros é bastante significativa, como o estado de São Paulo e o Dis-

<sup>7</sup>No Censo de 1991 esta metodologia foi mudada e no Censo de 1960 esta variável não foi computada.

<sup>8</sup>A legislação define a nacionalidade brasileira segundo o princípio *jus territorialis*, portanto, todos aqueles nascidos no território nacional são considerados brasileiros natos.

trito Federal (a cidade do Rio de Janeiro).<sup>9</sup> O caso do estado paulista é significativo: 50% dos estrangeiros estavam localizados nesta unidade da federação e nela também residia a maior parte da colônia portuguesa. Como neste momento a economia paulista vivia o desenvolvimento extraordinário da economia cafeeira e também o surto industrial proveniente do sucesso da economia exportadora, naturalmente foi para estas terras que foi se instalar boa parte dos imigrantes (tabela 5).

Todavia, estas duas regiões enquanto principais receptoras da população estrangeira no país apresentavam dinâmicas diversas na absorção dessa população. Não se deve esquecer que elas significaram ao longo do século XX o *locus* privilegiado da riqueza nacional, mas em ritmos diferentes. A cidade do Rio de Janeiro, entreposto comercial e financeiro, e o território paulista, polo industrial e agropecuário, este o mais dinâmico da economia nacional. A cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal), como capital federal, era sede do governo federal, ofertava bons empregos e possibilidades de negócios e, desta forma, recebia a segunda maior população de imigrantes e sua colônia portuguesa rivalizava em proporção com a paulista (Melo, 2003; Lessa 2000).

Há outro grupo de unidades da federação em que a população estrangeira também teve alguma expressão, como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina (ver tabelas a seguir). Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam, no final do século XIX, grandes contingentes de italianos e alemães, e o Paraná também foi um atrativo centro de imigrantes, mas em menor escala, provavelmente devido ao relativo atraso do desenvolvimento econômico em suas terras. Os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentavam também uma taxa relativamente maior de população estrangeira, o primeiro devido ao próprio desenvolvimento local e o segundo pela proximidade com a capital federal. As demais unidades da federação apresentavam uma população estrangeira muito baixa diante da distribuição da população estrangeira pelo espaço nacional (tabela 5).

---

<sup>9</sup>A cidade do Rio de Janeiro teve uma organização administrativa diferenciada das demais regiões; por sediar a capital da Colônia, desde 1763 foi transformada em município neutro no Império e depois no Distrito Federal na República. Com a mudança da capital federal para Brasília em 1960, foi transformada em estado da Guanabara e, finalmente, foi incorporada ao estado do Rio de Janeiro em 1975.

**Tabela 5**  
**Portugueses e estrangeiros, segundo unidades**  
**da federação por sexo, 1920**

	Portugueses		Total de Estrangeiros		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alagoas	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	3,1%	3,3%
Amazonas	2,0%	1,3%	1,3%	0,8%	1,3%	1,1%
Bahia	0,9%	0,5%	0,9%	0,4%	10,7%	11,1%
Ceará	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	4,1%	4,5%
Distrito Federal	40,4%	38,4%	16,8%	13,1%	3,9%	3,7%
Espírito Santo	0,5%	0,3%	1,2%	1,3%	1,6%	1,5%
Goiás	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	1,7%	1,7%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	2,8%	2,9%
Mato Grosso	0,4%	0,2%	1,7%	1,4%	0,9%	0,7%
Minas Gerais	4,6%	3,4%	5,8%	5,1%	19,3%	19,1%
Pará	3,9%	2,1%	1,7%	0,9%	3,3%	3,2%
Paraíba do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,0%	3,2%
Paraná	0,5%	0,3%	3,8%	4,3%	2,3%	2,2%
Pernambuco	1,3%	0,7%	0,9%	0,5%	6,8%	7,2%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Rio de Janeiro	7,3%	5,1%	3,8%	2,5%	5,1%	5,1%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,8%
Rio Grande do Sul	2,5%	1,5%	9,4%	10,0%	7,1%	7,1%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	2,2%	2,2%	2,2%
São Paulo	35,0%	45,9%	50,1%	57,2%	15,4%	14,6%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	1,6%
Acre	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%
<b>Total</b>	<b>291.198</b>	<b>142.379</b>	<b>922.958</b>	<b>643.003</b>	<b>15.452.818</b>	<b>15.191.888</b>

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1920.

Outra forma de analisar estes dados é relacionar a taxa de participação da população estrangeira com a população de unidade da federação; isto permite conhecer o peso relativo dos estrangeiros na sociedade local. O Distrito Federal (20,6%) e o estado de São Paulo (18%) concentravam 38,6% da população estrangeira que vivia no Brasil em 1920, agregando os estados do Paraná

(9,1%), do Rio Grande do Sul (6,9%) e de Santa Catarina (4,6%). Portanto, estes estados concentravam, em 1920, 59,2% da população estrangeira vivendo no Brasil.

Não resta dúvida de que a imigração portuguesa foi para a cidade do Rio de Janeiro uma questão especial: dos 433.577 imigrantes portugueses que viviam no Brasil por ocasião do censo de 1920, 39,74%, ou 172.338 pessoas, habitavam a cidade do Rio de Janeiro. Agregando a população de origem portuguesa do estado do Rio de Janeiro (6,6%), esta taxa de participação passava para 46,3% dos portugueses que viviam no Brasil. Em uma comparação similar, a cidade de São Paulo abrigava 14,91% da colônia portuguesa, mas, considerando o total no estado, esta taxa de participação aumentava para 38,5%.<sup>10</sup>

Assim, no grande eixo Rio-São Paulo estavam concentrados cerca de 85% dos imigrantes portugueses. Analisando os dados de uma forma diferente, isto é, considerando a população estrangeira do Distrito Federal e do estado paulista, observa-se que na capital federal (DF) o peso dos portugueses na população estrangeira local era extremamente significativo: estes eram 72% dos estrangeiros; praticamente quase todos os estrangeiros da cidade eram portugueses, *o que faz do Rio de Janeiro uma cidade portuguesa*, como afirma Lessa (2000). No estado de São Paulo a participação relativa dos portugueses era de 20% da população estrangeira.

Saltando para o Censo de 1940 (tabela 6), nota-se que a população estrangeira havia diminuindo. Isto provavelmente refletia o rigor da legislação nacional relativa à imigração e a conjuntura internacional. Diante do crescimento da população nacional os estrangeiros passaram a ter um peso ainda menor na população nacional (3,4%), mas esta participação é relativizada quando se considera a distribuição diferenciada pelo território brasileiro. Continua a concentração em torno do eixo mais dinâmico da economia brasileira, isto é, o estado de São Paulo e Distrito Federal, que detinham 74% dos estrangeiros. E, considerando o antigo estado do Rio de Janeiro, esta taxa de participação subia para cerca de 77%, menos que a taxa de participação de 1920, mas ainda assim muito significativa para o Brasil (tabela 6).

---

<sup>10</sup> Recenseamento geral do Brasil, 1920, v. II, 1ª parte, p. L e LVII.

Olhando para as populações regionais, o Distrito Federal apresentava ainda uma maior concentração de estrangeiros: estes eram 13% de sua população; no estado de São Paulo, esta taxa de participação era de 11,3%, seguindo do Paraná, com 5,3%, Rio Grande do Sul, com 3,3% 3, e o estado de Santa Catarina, com 2,3%.

**Tabela 6**  
Portugueses segundo unidades da federação por sexo, 1940

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Acre	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,9%	0,7%	0,6%	0,5%	1,1%	1,0%
Pará	1,8%	1,2%	0,9%	0,6%	2,3%	2,3%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,0%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,0%	5,2%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	3,4%	3,5%
Pernambuco	1,0%	0,5%	0,6%	0,4%	6,3%	6,7%
Alagoas	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,4%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,4%
Bahia	0,6%	0,4%	0,7%	0,4%	9,3%	9,7%
Minas Gerais	2,7%	2,0%	3,4%	3,0%	16,3%	16,3%
Espírito Santo	0,4%	0,2%	0,8%	0,8%	1,8%	1,8%
Rio de Janeiro	6,2%	4,8%	3,1%	2,3%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	41,5%	39,2%	17,5%	14,7%	4,2%	4,3%
São Paulo	40,7%	48,4%	55,7%	60,7%	17,8%	17,0%
Paraná	1,0%	0,8%	4,6%	4,9%	3,1%	2,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	1,9%	2,9%	2,8%
Rio Grande do Sul	2,2%	1,4%	7,7%	7,9%	8,0%	8,0%
Goiás	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	2,0%	2,0%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,5%	1,1%	1,0%
<b>Total do Brasil</b>	<b>240.138</b>	<b>140.187</b>	<b>793.276</b>	<b>613.292</b>	<b>20.614.088</b>	<b>20.622.227</b>

\* Estrangeiros e Naturalizados.

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1940.



Na tabela 7 apresentam-se os resultados do Censo demográfico de 1950: a imigração continua diminuindo e sua taxa de participação na população brasileira, neste ano, foi de apenas 2,3% da população total. No entanto, observem que, em relação à presença de estrangeiros no total da população, as unidades da federação se diferenciaram neste censo. Aquelas que já concentravam uma participação de estrangeiros maior, como a antiga mancha Distrito Federal/Rio de Janeiro, com 10,5% de estrangeiros na sua população, seguida de São Paulo, com 7,6% de estrangeiros, em 1950, a participação de estrangeiros cresceu em outros estados. Fruto da abertura da fronteira econômica do país ao processo de desenvolvimento, emergiu como polo de atração o antigo território de Guaporé (atual Rondônia), com 5,7% de estrangeiros, e Mato Grosso, com 3,8%, seguido do estado do Paraná, com 3,6%. De forma interessante, a taxa de participação feminina foi similar à masculina no estado do Paraná e no território de Guaporé. O que provavelmente demonstra um incipiente processo de feminilização da imigração. Notem que as antigas áreas receptoras de imigrantes do final do século XIX e início do XX, como Rio Grande do Sul (1,9%) e Santa Catarina (1,2%), como eram habitadas pelos descendentes dos imigrantes, estes eram brasileiros natos.

**Tabela 7**  
Portugueses segundo unidades da federação por sexo, 1950

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>NORTE</b>						
Guaporé	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Acre	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	1,0%	1,0%
Rio Branco	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pará	1,5%	1,0%	0,8%	0,5%	2,2%	2,1%
Amapá	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%
<b>NORDESTE</b>						
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,1%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,1%	5,3%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	3,4%

Pernambuco	0,8%	0,5%	0,5%	0,4%	6,4%	6,7%
Alagoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,2%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

## LESTE

Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,3%
Bahia	0,5%	0,3%	0,9%	0,4%	9,1%	9,5%
Minas Gerais	2,2%	1,5%	2,9%	2,5%	14,8%	14,9%
Serra dos Aimorés	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%
Espírito Santo	0,3%	0,2%	0,5%	0,5%	1,7%	1,6%
Rio de Janeiro	6,9%	5,3%	3,3%	2,7%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	40,0%	39,3%	18,1%	16,3%	4,5%	4,7%

## SUL

São Paulo	42,6%	48,5%	55,1%	59,6%	18,0%	17,2%
Paraná	1,5%	1,2%	6,3%	6,4%	4,2%	3,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,6%	1,5%	3,0%	3,0%
Rio Grande do Sul	2,0%	1,2%	6,5%	6,4%	8,0%	8,0%

## CENTRO-OESTE

Goiás	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	2,4%	2,3%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,6%	1,0%	1,0%
Total do Brasil	206.324	130.552	679.882	534.222	26.885.001	26.059.396

\* Estrangeiros e Naturalizados.

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1950.

Os portugueses seguem uma lógica de grande concentração no eixo dinâmico da economia brasileira, o Distrito Federal/São Paulo, com aproximadamente 84,7% deles vivendo na cidade do Rio de Janeiro e no estado paulista. Acrescentando o velho estado do Rio de Janeiro, a concentração passa para 91% dos portugueses no Brasil; convenhamos, a presença portuguesa no espaço carioca e fluminense é uma característica da relação entre Brasil e Portugal (tabela 7).

## Conclusões

Esse estudo é uma contribuição às pesquisas sobre o processo imigratório brasileiro ocorrido na primeira metade do século XX e analisou estes dados

num corte regional e de gênero. A introdução de uma perspectiva de gênero foi uma tentativa ainda embrionária para avaliar o papel feminino no processo imigratório. Estudar a imigração contribui para aprofundar a análise da estrutura étnica do mercado de trabalho nacional que, agregada ao olhar de gênero, pode começar a desfazer verdades estabelecidas, sobretudo a respeito de questões étnicas e de sexo sobre a evolução do mundo do trabalho nacional.

As informações sobre a entrada de estrangeiros no país são provenientes de variadas fontes e a compatibilização delas nem sempre é possível. Este trabalho utilizou apenas os dados coletados nos censos demográficos realizados nos três primeiros recenseamentos populacionais do Brasil. Como não analisou os descendentes dos imigrantes por mais de uma geração, é um estudo introdutório sobre o tema, mas espera que este enfoque contribua para fazer avançar a questão de gênero no seio das pesquisas demográficas brasileiras e nas pesquisas portuguesas sobre a emigração.

A análise regional permite concluir que a proporção de estrangeiros na população brasileira é concentrada em alguns espaços geográficos. Há uns locais cuja participação dos estrangeiros é bastante significativa, como no estado de São Paulo e no ex-Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro. Não resta dúvida de que a imigração portuguesa foi para a cidade do Rio de Janeiro uma questão especial: o peso dos portugueses na população estrangeira local era extremamente significativo, 72% desse contingente. Praticamente quase todos os estrangeiros da cidade eram portugueses, o que faz do Rio de Janeiro uma cidade portuguesa, enquanto no estado de São Paulo, eles eram cerca de 20% da população estrangeira. Também este trabalho constatou que ao longo da Primeira República o processo imigratório foi estimulado, mas a partir dos anos 1930 este fluxo imigratório foi sumindo devagar.

O olhar de gênero mostrou que as estatísticas censitárias apontam para certa permanência do processo de masculinização do fluxo imigratório, embora essa tendência esteja sendo lentamente atenuada. Talvez, como o processo imigratório decresceu, isso explique o surgimento das mulheres com mais força neste processo, mas talvez esta mudança esteja relacionada com as transformações do papel feminino ocorridas no século XX.

## Referências

- ANDREWS, G.R. *Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.
- BRASIL. IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*, 1920, 1940, 1950.
- \_\_\_\_\_. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento geral do Brasil*, 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 2.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- HALL, M. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. PhD Dissertation, Columbia University, 1969.
- HASENBLAG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LEITE, J.C. O Brasil e a emigração portuguesa, 1855-1914. In: FAUSTO, B. (Ed.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LESSA, Carlos. *Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n. 8 (suplemento), p. 49-90, 1974.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses em Brasil em século XX*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1994 [a edição brasileira intitula-se *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001].
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945*. Os bancos Boavista e Português do Brasil: um estudo de estratégias empresariais. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado em história social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- \_\_\_\_\_; MELO, Hildete Pereira de. Notas sobre a Comunidade Portuguesa de Negócios no Rio de Janeiro entre 1918 e 1945. In: ECONOMIC & BUSINESS HISTORY SOCIETY CONFERENCE, 35TH, Braga, 2010.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. ARAÚJO, João Lizardo. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da Cervejaria Brahma. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 535-568, jul./set. 2003.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 69-88, 2. sem. 2008.

- \_\_\_\_\_. Coffee and development of the Rio de Janeiro economy. In: CLARENCE-SMITH, W.G.; TOPIK, S. (Ed.). *The global coffee economy in África, Ásia and Latin América — 1500-1989*. New York/London: Cambridge University Press, 2003.
- PEREIRA, M.H. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira — 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973. (Monografia n. 10)